

# O ponto de partida da ciência e a epistemologia histórico-materialista

JOÃO QUARTIM DE MORAES\*

Ao apresentar, oito anos atrás, o texto original de “O método da economia política”, terceiro dos quatro tópicos da *Introdução à crítica da economia política* (Einleitung zur kritik der politischen ökonomie), mais conhecida simplesmente por *Introdução de 1857*, acompanhado da clara e elegante tradução preparada por Fausto Castilho em 1996,<sup>1</sup> dissemos que “poucos textos de Marx ocupam posição tão singular em sua obra”: nele encontramos, com efeito, a “mais longa, densa e sistemática discussão sobre o método na obra de Marx”. Também dissemos que, ao lado do estudo sobre as “formas que precederam a produção capitalista”, ele é o mais notável dos escritos incluídos nos *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie*, conjunto de manuscritos econômicos redigidos por Marx em Londres durante o biênio 1857-1858 e publicados pela primeira vez em Moscou em 1939-1941 pelo Instituto Marx-Engels-Lênin. Essa segunda afirmação foi apressada. A riqueza teórica dos cadernos que compõem os *Grundrisse* é muito maior do que ela pode ter dado a entender. Tanto que apresentamos aqui dois outros textos, mais conhecidos e discutidos que o “Método da economia política”: “A acumulação

\* Professor titular aposentado da Unicamp. E-mail: jqmoraes@gmail.com

1 O texto original e a tradução de Fausto Castilho foram publicados em *Crítica Marxista*, nº 30, 2010, p.103-125. Ele explica em nota inicial (p.107) que, atendendo em outubro de 1996 a um convite nosso para “realizar, no quadro das atividades do Cemarx que então se inauguravam, um seminário sobre a terceira parte (da *Introdução à crítica da economia política*), intitulada “O método da economia política”, logo se deu conta “de que uma tradução do texto se impunha”. Segundo ele, a tradução francesa “de autoria de Husson e Badia, frequentemente utilizada entre nós, e, por via de consequência, as que no Brasil e em Portugal a partir dela se fizeram, padece de flagrante impropriedade no trato da terminologia e da conceituação de proveniência hegeliana”.

originária do capital”, indispensável para a compreensão do devir das categorias e das estruturas econômicas, e “Valor”, pequeno tópico de duas páginas no final dos *Grundrisse* que contém uma excelente apresentação do ponto de partida da crítica da economia política.

Os dois tópicos maiores tratam de aspectos distintos, mas complementares do devir social. Muito esquematicamente, em “Método da economia política”, o foco está nas categorias; na “Acumulação originária do capital”, nas estruturas dos sistemas econômicos. A presente exposição concentra-se em trechos escolhidos desses dois tópicos de Marx, acompanhados de observações introdutórias, seguidas de comentários explicativos.

### **O ponto de partida da teoria**

A secular persistência do debate sobre a herança hegeliana no pensamento de Marx é sintomática: muitas das questões que o realimentam, longe de serem artificiais, são suscitadas por dificuldades objetivas do conhecimento social. É bem conhecido o projeto filosófico de operar uma inversão materialista do pensamento de Hegel. Mas nenhum marxista sério simplificaria essa inversão tratando-a como uma multiplicação algébrica: idealismo  $\times (-1) =$  materialismo. Sem assumir a resposta que Althusser oferece a essa questão decisiva, ele nos parece estar certo ao constatar, em seus dois conhecidos estudos sobre a contradição e a dialética materialista reunidos em *Pour Marx*, que a inversão de Hegel constitui um problema teórico. Ele também nos parece ter razão em apontar uma ruptura epistemológica entre a metafísica humanista dos escritos da juventude de Marx e a obra de maturidade. Com efeito, ainda que não sem polêmica, o jovem Marx retoma categorias especulativas de origem claramente hegeliana, em especial as que foram reelaboradas por Feuerbach: essência genérica do homem, emancipação humana, objetivação, alienação.

Aceitando a tese da ruptura, segue-se que, nas obras da maturidade, Marx deixou para trás a especulação filosófica que considerava a essência humana o princípio de explicação da história humana. Por isso mesmo, é tanto mais significativa a presença de categorias hegelianas na *Introdução* e nos demais escritos de 1857-1858, quando Marx havia muito concentrava seu esforço na construção da crítica da economia política por meio da análise das relações e das contradições sociais. Na “Nota” de apresentação do texto e de sua tradução de “O método da economia política”, enfatizando a importância do legado de Hegel, Fausto Castilho observou: “Se é verdade que Marx retoma e redefine muitas noções de origem hegeliana, ao fazê-lo as converte, porém, necessariamente, em pontos de amarração que o leitor não pode deixar de ter presentes” (Castilho, 2010, p.107). Resta saber que estrutura teórica é amarrada por esses pontos.

Respeitado estudioso da filosofia alemã, Fausto Castilho interessava-se por Marx como por Hegel e outros grandes pensadores, de Kant a Husserl e Heidegger. Nem tanto em sua tradução, precisa e rigorosa, mas em sua exposição no seminário

de lançamento do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, em 1996, ele enfatizou os elementos de continuidade de Hegel a Marx. A ênfase é sugerida pelo próprio texto de Marx, que se abre com a questão do ponto de partida do conhecimento científico:

Ao considerar a economia política de um dado país, começamos por sua população, sua divisão em classes, distribuída pela cidade, campo e mar; os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e o consumo anual, os preços das mercadorias etc. É que parece correto começar pelo real e pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real e, assim, em economia, por exemplo, pela população: fundamento e sujeito do ato todo da produção social. A uma consideração mais precisa, contudo, isso se revela falso. (Marx, 1953, p.21; 2010, p.109)<sup>2</sup>

Suscita alguma perplexidade a afirmação de que começar pelo real e pelo concreto parece correto, mas não é. Deveríamos então começar pelo ideal e pelo abstrato? Temos de admitir estar diante de um paradoxo. Afinal, como entender uma inversão materialista que considera errôneo partir do real e do concreto? Deparamo-nos aqui com a “estenografia intelectual” a que Hobsbawm se referiu. Ela não nos parece, porém, impenetrável. O real e o concreto, tais como são percebidos espontaneamente, oferecem sensações, imagens, informações que permitem enfrentar as condições reais e concretas da luta pela vida, adaptando-se ao meio circundante e modificando-o pelo trabalho. É evidente a eficácia dos conhecimentos assim acumulados para as necessidades práticas da vida cotidiana. Desde os primórdios da agricultura, as populações humanas aprenderam a levar em conta as regularidades astrais, meteorológicas e climáticas para orientar seus cultivos. Mas esses conhecimentos, embora indispensáveis, concernem ao uso dos meios de existência, não à natureza das coisas. Com efeito, a experiência cotidiana nos faz pensar que o Sol é uma bola cálida e luminosa que gira em torno de nosso planeta, e o céu, uma abóboda azul, exibindo à noite estrelas nela incrustadas. Graças ao gênio científico de Galileu, Copérnico, Newton e outros, essas ilusões se desfizeram, mostrando que a percepção comum do real e do concreto nos apresenta uma representação confusa do espaço sideral.

Marx não é empirista: a ciência em geral e a economia política em particular não brotam diretamente da experiência imediata. Dela brotam as noções que compõem o acervo léxico de cada língua. Elas correspondem a objetos reais, mas parafraseando uma fórmula célebre do próprio Marx, se a percepção de um objeto coincidissem com o conhecimento de sua natureza, não precisaríamos de ciência.

2 Indicamos duas referências, nesta ordem: a da primeira edição alemã, *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie* (Berlim: Dietz Verlag, 1953), e a de *Crítica Marxista*, nº 30. Fausto Castilho se serve, em sua tradução, de uma edição ulterior da Dietz Verlag, a de 1969, *Werke*, v.13, em que o texto sobre o método ocupa as páginas 631-639. Para uniformizar as citações do texto alemão, usaremos sempre a edição de 1953.

Por isso, embora as populações sejam tão reais e concretas quanto o calor e a luz, ocorre com a noção de população, tal como ela circula na linguagem corrente, o mesmo que com os “quatro elementos” (fogo, água, ar, terra) e com a imensa lista de substantivos que designam fenômenos e objetos da experiência. Por isso,

Se começasse [a economia política] pela população, haveria de início uma representação [*Vorstellung*] caótica do todo, e só através de determinação mais precisa [*nähere Bestimmung*], eu chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos [*Begriffe*] mais simples. Partindo do concreto representado [*von dem vorgestellten Konkreten*], chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar por fim as determinações mais simples [*die einfachsten Bestimmungen*]. Dali, a viagem recomençaria pelo caminho de volta, até que reencontrasse finalmente a população, não já como a representação caótica de um todo, e sim como uma rica totalidade de muitas determinações e relações [*als bei einer reichen Totalität von vielen Bestimmungen und Beziehungen*]. (Marx, 1953, p.21; 2010, p.109)

Em sua exposição no seminário de lançamento do Cemarx, Fausto Castilho ofereceu um comentário esclarecedor dessa passagem:

Não é correto começar pelo estudo da população, da demografia, portanto; a demografia não é um bom começo para a ciência social, porque os que assim o fazem supõem que estão partindo do real e principalmente do concreto, quando, em verdade, eles estão partindo do abstrato mal considerado, isto é, não considerado como tal. Eu uso o abstrato, mas não sei que o estou usando. Eu parto não do real, mas de um falso concreto. Porque se eu me detenho na população e insisto em conhecê-la, eu sou levado a uma corrida em busca dos pressupostos sobre os quais a população repousa. Eu fujo de um pressuposto para outro quando me ateno à *Vorstellung*, à representação imediata, no caso, a população. Eu penso que estou fazendo ciência porque estou progredindo, aparentemente, de um pressuposto para outro, numa sucessão de pressupostos. Vamos dizer que estudando a população eu descubra que ela se compõe de classes, ela tem uma *Einteilung*, uma divisão em classes. Ora, a classe é um elemento real; só que ela se define a partir de pressupostos, a partir de categorias; na própria economia científica ou política é assim. E quais são essas categorias? As classes ou repousam sobre o capital, que é uma categoria, ou sobre o trabalho assalariado ou sobre a renda fundiária etc. Eu passo, portanto, da classe a seu pressuposto, ou seja, àquilo que a explica. Mas o que é o capital?<sup>3</sup>

Tal é a grande questão, com efeito. Marx consagrou seu maior e mais frutífero esforço intelectual para esclarecê-la; por isso mesmo, colocou-a no título de sua

3 O texto que citamos, até agora inédito, foi transcrito da gravação do referido seminário de Fausto Castilho.

obra decisiva: *O capital: crítica da economia política*. Seu objeto-chave não é o estudo das populações humanas em geral, mas daquelas em que o capital se tornou o modo dominante da produção social. Mas por onde começar seu estudo? Retrocedendo analiticamente de pressuposto a pressuposto, a discussão do método põe em evidência a complexidade da determinação do ponto de partida da economia política:

a população, se omito as classes que a constituem, é mera abstração e essas, por sua vez, são uma expressão vazia se não conheço os elementos sobre os quais repousam, a saber, o trabalho assalariado, o capital etc. E esses pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc., de sorte que o capital, por exemplo, nada é, sem o valor, o dinheiro, o preço etc. (Marx, 1953, p.21; 2010, p.109)

Marx não está sugerindo que no final dessa analítica encontraríamos um ponto de partida sem pressupostos. Seria uma busca ilusória. Valor, dinheiro, preço, sem os quais o capital nada é, também têm pressupostos evidentes. O valor não paira no ar, cristaliza-se na mercadoria; o dinheiro pressupõe a fixação da forma equivalente geral das mercadorias; o preço gravita em torno da quantidade de trabalho dispendida na produção daquilo que é trocado.

A constatação se impõe: não havendo ponto de partida sem pressupostos, a exposição da ciência deve começar por algo que ocupe na economia posição nuclear análoga à da célula na biologia. É o que ele esclarece no prefácio à primeira edição alemã do *Capital*:

Todo começo é difícil, em qualquer ciência. [...] é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas, não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos. Quanto à sociedade burguesa, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma-valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. (Marx e Engels, 1977, p.157-158)

As analogias, sempre vale insistir, discernem a semelhança na diferença. A descoberta da célula revolucionou a biologia porque identificou a unidade viva de que se compõem todos os organismos. Não se pode, porém, dizer que a forma-mercadoria do produto do trabalho está para a economia política exatamente como as células estão para a vida. Marx deixa claro qual era o nervo da analogia: “É mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe”. O todo, com efeito, é mais aparente do que seus componentes mínimos. Mas evidentemente, enquanto os biólogos não descobriram a célula, a falta desse conhecimento básico possibilitava extravagantes explicações, por exemplo a respeito da reprodução. É mais fácil, na economia política, descrever os processos mais aparentes (a divisão da população em classes, sua distribuição pela cidade, campo e mar; os diversos

ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, o comércio etc.) do que discernir na forma-mercadoria o ponto de partida da exposição científica. Aqui termina, entretanto, a analogia biológica. A célula é uma realidade orgânica, surgida há cerca de 3,5 bilhões de anos. Enquanto produto da história natural do planeta Terra, ela não tem dialética *interna*. É uma *coisa* viva. A mercadoria, porém, tem duplo caráter: é uma coisa e uma relação social embutida nessa coisa.

Em duas páginas das anotações finais dos *Grundrisse*, com o subtítulo “Valor” (1953, p.763-764), Marx adiantou uma notável exposição do começo da teoria. Logo no início, ele escreveu, como um lembrete: “Retomar esta seção”. Retomou-a, com efeito, escrevendo *Para a crítica da economia política e O capital*. A citação é longa, mas se justifica pelo excepcional interesse não só de sua primeira frase, que mostra já estar resolvida em 1857 a questão do ponto de partida da economia política, mas também pela exposição da dialética do duplo caráter (valor de uso/ valor de troca) da mercadoria:

A primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações. Ela é *valor de uso*, i.e., objeto da satisfação de um sistema qualquer de necessidades humanas. Esse é o seu aspecto material, que pode ser comum às épocas de produção mais díspares e cujo exame, em consequência, situa-se fora do âmbito da economia política. O valor de uso entra na esfera da economia política tão logo é modificado pelas relações de produção modernas ou, por sua vez, nelas intervêm, modificando-as. [...] Na realidade, entretanto, o valor de uso da mercadoria é um pressuposto objetivo, a base material em que se manifesta uma relação econômica determinada. É somente essa relação determinada que confere ao valor de uso a marca da mercadoria. O trigo, por exemplo, possui o mesmo valor de uso, quer seja cultivado por escravos, servos ou trabalhadores livres. [...] Então, como o valor de uso se transforma em mercadoria? De que modo se torna portador do *valor de troca*? Apesar de imediatamente unidos na mercadoria, valor de uso e valor de troca também se dissociam imediatamente. O valor de troca não só não aparece determinado pelo valor de uso, como, pelo contrário, a mercadoria só se torna mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que o seu possuidor não se relaciona com ela como valor de uso. É unicamente mediante a alienação das mercadorias, sua troca por outras mercadorias, que ele se apropria de valores de uso. Apropriação pela alienação [*Entäußerung*] é a forma fundamental do sistema social da produção, cuja expressão mais simples, mais abstrata, é o valor de troca. O valor de uso da mercadoria é pressuposto, mas não para seu possuidor, e sim para a sociedade como um todo. (Marx, 1953, p.763-764)

É notável que as duas frases iniciais deste tópico reapareçam substancialmente idênticas nas duas frases iniciais de *Para a crítica da economia política e*

do *Capital*: “A primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações” (“Valor”, 1857).

“A riqueza da sociedade burguesa, à primeira vista, se apresenta como uma imensa acumulação de mercadorias, sua unidade sendo a mercadoria individual. Toda mercadoria, entretanto, tem um duplo aspecto: valor de uso e valor de troca” (*Para a crítica da economia política*, 1859).

“A riqueza das sociedades onde domina o modo de produção capitalista se apresenta como uma ‘imensa acumulação de mercadorias’.<sup>4</sup> A análise da mercadoria, forma elementar dessa riqueza, será por conseguinte o ponto de partida de nossas investigações” (*O capital*, 1867).

Parece-nos importante observar que a determinação histórica está presente do começo ao fim da teoria. Evidentemente, a referência à história no ponto de partida é de ordem conceitual: o objeto de *Para a crítica* e do *Capital* não é a riqueza em geral, mas a forma que ele assume no capitalismo. A determinação histórica se faz mais concreta na exposição dos conceitos fundamentais: mais-valia absoluta (extensão ilimitada da jornada de trabalho; legislação de fábrica), acumulação primitiva (“cercamentos”, liquidação da aldeia camponesa; os “carneiros comendo os homens”), mais-valia relativa (máquinas, grande indústria) etc.

Assinalemos, enfim, a dialética quantidade/qualidade no desenvolvimento histórico da produção de mercadorias. Ela remonta às etapas “antediluvianas” da evolução econômica. Mas, nestas, as mercadorias representavam uma quantidade relativamente pequena da produção da riqueza social. Só quando o capital se apropriou dos meios de produção, a mercadoria individual passou a constituir a célula de cuja análise a teoria deve partir.

### **A evolução das populações: economia e biologia**

A população, que Marx também designa por “totalidade viva”, é realidade natural básica, “fundamento e sujeito do ato inteiro da produção social”. Vimos, no entanto, que não é dela que deve partir a teoria econômica. Ela constitui seu ponto de chegada: a teoria é verdadeira se explica as relações econômicas de uma coletividade humana. Na estenografia do texto, Marx chama de “caminho de volta da viagem (do conhecimento)” a construção teórica que parte “das determinações mais simples isoladas por via analítica” para “reencontrar finalmente a população, não já como a representação caótica de um todo, e sim como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (*vielen Bestimmungen und Beziehungen*) (Marx, 1953, p.21; 2010, p.109). Mas para poder servir de ponto de partida desse “caminho de volta”, as “determinações mais simples” devem antes ter sido “isoladas por via analítica”. Isoladas por quem? Marx explica mais adiante que

---

<sup>4</sup> Marx põe entre aspas “imensa acumulação de mercadorias” na primeira frase do *Capital*, provavelmente para assinalar que estava retomando a expressão usada em *Para a crítica*.

O primeiro caminho é aquele que a economia percorreu em sua gênese histórica. Exemplo: os economistas do século XVII que sempre começam por um todo vivo (*dem lebendigen Ganzen*) – população, nação, Estado, vários Estados etc. –, mas sempre terminam por algumas relações gerais, abstratas, determinantes (*einige bestimmende abstrakte, allgemeine Beziehungen*) – divisão do trabalho, dinheiro, valor etc. – que eles descobriram por análise. Tão logo esses aspectos individuais isolados (*diese einzelnen Momente*) achavam-se mais ou menos abstraídos e fixados, os sistemas econômicos começavam a elevar-se (*aufsteigen*), a partir dos elementos simples, o trabalho, a divisão do trabalho, as necessidades (*Bedürfnis*), o valor de troca, até o Estado, o intercâmbio entre as nações e o mercado mundial. É manifesto que este último caminho é o método cientificamente correto. (Marx, 1953, p.21; 2010, p.111)

No entanto, o caminho inicial que “os economistas do século XVII” percorreram, viagem de ida do trabalho teórico, partiu da noção “caótica” (isto é, tal como ela circula acriticamente na linguagem cotidiana) de população. Embora não fosse o “método cientificamente correto”, esse primeiro caminho chegou pela análise a “algumas relações gerais, abstratas, determinantes”, das quais, no século XVIII, “os sistemas econômicos começavam a se elevar”.

Aludimos acima à perplexidade que suscita a afirmação de que começar a ciência pelo real e pelo concreto (a população) é um falso caminho.<sup>5</sup> É preciso ler todo o texto sobre o *Método* para compreender que: (a) esse não pode ser o ponto de partida da ciência porque a intuição e a representação imediata do “sujeito real e concreto” são confusas, caóticas; (b) essa confusão é dissipada pela abstração, que cria os instrumentos conceituais que permitem seguir o “caminho de volta” do conhecimento teórico rumo ao concreto; (c) o concreto do qual a ciência se apropria é o pressuposto inicial, a população, reproduzida pela via do pensamento:

O todo, tal como ele na cabeça aparece – um todo de pensamento –, é o produto de uma cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo, que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático. Enquanto a cabeça procede de modo somente especulativo, isto é, teoricamente, o sujeito real (*das reale Subjekt*), tanto antes como depois, subsiste, em sua independência, fora dela. (Marx, 1953, p.22; 2010, p.111, p.113)

O pressuposto real, material, objetivo permanece igual a si mesmo ao longo do processo de sua apropriação cognitiva pelo cérebro humano. Mas, como bem observou Fausto Castilho (1996) em seu seminário:

---

5 Discutimos mais de perto as dificuldades do texto em Quartim de Moraes (2015; 2017). Embora com o mesmo título, a versão brasileira modificou substancialmente, e ampliou, a versão original em espanhol.



Uma das categorias econômicas mais simples, por exemplo, o valor de troca, se eu a tomo como ponto de partida, sou obrigado a ir até a população. Essa população produz, do contrário não haveria valor de troca, não haveria o que trocar, mas essa produção do valor de troca se faz dentro de relações determinadas, que pressupõem um certo tipo de família, ou de comuna ou de Estado, pois uma relação abstrata como o valor de troca não pode existir a não ser como um aspecto de um todo, que é realmente concreto, que é conjunto de determinações, já dado, anteriormente dado. Vejam a dificuldade de definição dessa ciência.

A dificuldade é ainda maior se considerarmos que a população, cujo sentido léxico básico remete a uma coletividade composta de indivíduos vivendo numa área determinada, é estudada por várias disciplinas científicas, a demografia, a biologia das populações e a economia política, entre outras. Ela permanece igual a si mesma enquanto objeto de conhecimento de todas essas disciplinas, cada uma das quais a considera de um aspecto determinado. Os conhecimentos que elas se propõem a produzir são diferentes, mas se implicam de modo recíproco e se recobrem parcialmente. Exemplo importante é a reprodução humana, tema biológico, econômico, demográfico, cultural, que, em meados do século XIX, suscitou largo debate. Provocou-o a pretensa “lei” de Malthus sobre a diferença entre a taxa meramente aritmética de crescimento da produção dos meios de consumo e a taxa geométrica de crescimento da população. Engels e depois Marx criticaram de forma certa essa “lei” por separar abstratamente demografia e economia. A capacidade reprodutiva de cada espécie obedece a sua respectiva mecânica genética, que tende a gerar mais indivíduos do que a capacidade de sobreviver. Esse “excesso” está inscrito na própria lógica da seleção natural: as espécies de fraca capacidade reprodutiva tendem a ser eliminadas, se as condições do meio ambiente forem desfavoráveis. Entretanto, nem a capacidade reprodutiva nem o ambiente são dados estáticos. Sem dúvida, a sobrevivência de uma população é posta em questão quando seu equilíbrio ecológico é rompido. Mas a ruptura pode advir dos mais diversos fatores. Para muitas espécies, de resto, a dificuldade maior de sobrevivência não é tanto a escassez de alimentos, mas o excesso de predadores. No caso da espécie humana, o domínio (sempre relativo) que ela exerce sobre as forças naturais permite contrabalançar o crescimento populacional pelo aumento da produtividade agrícola. Em outras espécies, os comportamentos migratórios podem ter efeitos análogos. Por desconhecer o princípio da evolução das espécies, a doutrina de Malthus é incapaz de levar em conta a adaptação de uma espécie ameaçada a novas condições mais propícias.<sup>6</sup>

6 Foi exatamente essa incapacidade de pensar a evolução que marcou o limite da influência exercida de início por Malthus sobre Darwin. Vale ler as observações de Bellamy Foster sobre esse tópico (2005, p.255-263).

Como fenômeno biológico, a superpopulação resolve-se na dialética natural da capacidade de gerar descendentes e de sobrevivência da prole. No que concerne à demografia, a superpopulação é sobretudo um fenômeno da economia política. A alegada tendência inexorável das populações humanas a crescer mais depressa do que os alimentos disponíveis, provocando superpopulação, depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em que elas se inserem.

Encontramos no texto sobre o método da economia política outra notável conexão entre evolução econômica e evolução orgânica. Nele, porém, não se trata de pôr em evidência a ação recíproca entre biologia, economia e demografia, mas de ilustrar, por meio de analogias com as formas orgânicas e linguísticas, a lógica objetiva da evolução das formas econômicas:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais multiforme. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, com cujas ruínas e elementos ela foi edificada, e que nela parcialmente subsistem como restos ainda não ultrapassados que ela arrastou consigo, meros sinais que se desenvolveram em significações completas etc. A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da Antiguidade etc. Porém, não conforme ao método dos economistas que cancelam todas as diferenças históricas e enxergam a forma burguesa em todas as formas de sociedade. (Marx, 1953, p.25-26; 2010, p.119)

“A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco.” Uma das conhecidas fórmulas lapidárias de Marx, essa comparação evolucionista sustenta que só do ponto de vista da “forma superior” podemos discernir aquilo que a indica em “espécies animais inferiores”. Que significa exatamente a comparação? Se a tomarmos ao pé da letra, ela apresentará forte caráter teleológico, mostrando, do ponto de vista do desenvolvimento do homem, aquilo que o macaco deixou de desenvolver. Este aparecerá como um homem incompleto, ou uma tentativa fracassada de se tornar homem.

O termo chave é heurísticamente forte. Notemos, por isso, que Marx não escreveu a chave (como consta em algumas traduções descuidadas), mas uma chave (*ein Schlüssel*). Não está, pois, dando a entender que só estudando a anatomia do homem compreenderíamos a do macaco, mas que cérebro e mão, notadamente, anunciam nos macacos as formas anatômicas “superiores” que se desenvolveram no homem.

É notável que, ao enunciar a analogia com a evolução das formas econômicas, Marx tenha escrito: “A economia burguesa fornece a chave da economia da

Antiguidade etc.” Aqui, sim, vemos a chave (*den Schlüssel*, no acusativo). Difícil saber até que ponto ele tinha a intenção de reservar o artigo indefinido para a evolução das formas orgânicas e o definido para a sucessão das formas sociais. O fato é que ele assim se expressou, sugerindo que a evolução das formas orgânicas comporta algum grau de indeterminação.

Como todos os espíritos esclarecidos de seu tempo, Marx era evolucionista, ou, como se dizia então, transformista. Em 1857, porém, era a obra de Lamarck que conferia autoridade teórica ao transformismo. Foi só em 1859 que Darwin publicou *A origem das espécies*. Sabemos que Engels acolheu com mais entusiasmo (e compreensão) do que Marx a revolução teórica darwiniana. Mas o que importa na analogia da história das formas econômicas com a das formas orgânicas é a afirmação de sua historicidade.

Tanto que a comparação entre a anatomia simiesca e a humana é precedida, logo no início da *Introdução de 1857*, por uma analogia entre a evolução econômica e a das línguas. O objetivo teórico das duas comparações é o mesmo: mostrar que, tanto num caso quanto no outro, encontramos “características gerais e comuns” ao longo de suas respectivas evoluções, mas que a evolução consiste exatamente “naquilo que as diferencia”. Por isso, “as determinações que valem para a produção em geral” não devem fazer esquecer a “diferença essencial” entre os modos de produção que se sucederam ao longo da história social. Esse esquecimento é ideologicamente funcional: está na origem de “toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais atualmente existentes” (Marx, 1953, p.7).

A “diferença essencial” que Marx enfatiza não é estaticamente classificatória, mas histórico-estrutural: resulta de uma diferenciação evolutiva. A *Menshwerdung* do macaco, sobre a qual Engels compôs em 1876 seu notável opúsculo, é o processo ao longo do qual os homínidos se desenvolveram a partir do tronco comum dos primatas antropóides. Evolução é diferenciação relativamente a uma origem comum. Na esfera biológica, as espécies se diferenciam sobretudo de modo paralelo: os gorilas, os bonobos e os chimpanzés se desenvolveram coetaneamente aos homínidos. A evolução econômica, em vez disso, procedeu com predominância sucessiva: forças produtivas mais dinâmicas tenderam a absorver ou eliminar as que estacionaram ou decaíram. Tangido pelo caráter ilimitado da busca por valor, o desenvolvimento do modo de produção capitalista subordinou ou absorveu os demais.

Em síntese, a analogia visa ilustrar a lógica objetiva da evolução das estruturas orgânicas e econômicas. Elas evoluem reconfigurando-se por meio da dialética do “todo vivo” com suas partes; algumas delas são eliminadas (a perda da cauda nos antropóides, a dissolução das formas econômicas do comunismo primitivo e da aldeia camponesa, por exemplo), outras permanecem como “restos ainda não ultrapassados”, e há ainda aquelas que, como o cérebro ou o trabalho coletivo, são modificadas adquirindo novas capacidades e novas dimensões. Na biologia,

como na economia, é o “todo vivo, concreto, já dado” que evolui, suprimindo, mantendo ou modificando suas partes. Estas jamais podem existir “a não ser como uma relação abstrata, unilateral” do todo em que se inscrevem. Entretanto, como categorias, essas relações, por exemplo o valor de troca, têm uma existência antediluviana (Marx, 1953, p.22; 2010, p.632).

A conclusão a enfatizar é que as considerações de Marx sobre o método desvendam com original profundidade a evolução das relações das formações econômicas com as categorias que integram sua estrutura objetiva e as reconstituem como concreto pensado. O leitor que consentir no esforço de acompanhar com atenção as anotações estenográficas de Marx entrará no âmago das questões básicas da dialética materialista.

### Referências bibliográficas

CASTILHO, Fausto. Seminário inédito de 1996.

\_\_\_\_\_. O método da economia política. Introdução e tradução. *Crítica Marxista*, Campinas, Unicamp, n.30, p.107-125, 2010.

FOSTER, J. Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1953.

[Ed. bras.: *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.]

\_\_\_\_\_. O método da economia política. *Crítica Marxista*, n.30, p.103-125, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio à primeira edição alemã do Capital. In: *Ausgewählte werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1977. p.157-158. v.3.

QUARTIM DE MORAES, João. Las abstracciones, entre la ideología y la ciencia. *Representaciones*, v.XI, n.1, p. 67-83, 2015.

\_\_\_\_\_. As abstrações, entre a ideologia e a ciência. *Crítica Marxista*, n.44, p.43-56, 2017.

### Resumo

Estas notas discutem a questão do ponto de partida da crítica da economia política e a da lógica objetiva da evolução das estruturas orgânicas e econômicas nos *Grundrisse*.

**Palavras-chave:** pressuposto, método, ponto de partida, condições históricas.

### Abstract

These notes discuss the issue of the starting point of the critique of political economy and the objective logic of the evolution of organic and economic structures.

**Keywords:** presupposition, method, starting point, historical assumptions.